

# Jânio vai fazer projeto próprio de Constituição

São Paulo — Não foram poucos os políticos brasileiros que não gostaram da formação da Comissão Afonso Arinos, encarregada pelo presidente José Sarney de fazer um projeto de constituição que servirá de subsídio aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, porém, levou a sua má-vontade a extremos: nomeou a sua própria comissão. Em março próximo, virá à luz, com o espalhafato habitual dos atos políticos do ex-presidente, o resultado do trabalho da Cecam — Comissão Municipal para Estudos Constitucionais —, com a carta que Jânio imagina mais adequada para reger os destinos da sociedade brasileira.

Sob a batuta do jurista J. B. Viana de Moraes, que coordena os trabalhos, Jânio reuniu nas dependências da Prodam, a estatal de processamento de dados do município, uma seleta equipe de 29 conhecidos juristas para elaborar um anteprojeto que acredita "mais enxuto e objetivo" que o feito pela Comissão Afonso Arinos. A comissão, que já recebeu cerca de 50 mil cartas com sugestões para o anteprojeto, terminou praticamente quase todo o serviço de suas subcomissões e, a partir dessa semana, começará a marcar suas plenárias de aprovação das leis.

— Montaremos um projeto sem artigos programáticos, pois entendemos a Constituição, como uma grande lei, que não pode dar margem a inúmeras interpretações — afirma Viana de Moraes ao explicar qual a orientação geral do trabalho.

Ele é contrário, por exemplo, à instituição do referendo popular para promulgar a Constituição, defendido por boa parte das entidades da chamada sociedade civil: "O povo já elegeu seus representantes no último pleito e não vejo necessidade, por isso, de um plebiscito", diz Viana de Moraes. Esclarece, porém, que muitas vezes é derrotado nas subcomissões que montou e que um assunto como o do plebiscito, bem como todos os tópicos do anteprojeto, serão submetidos à aprovação na plenária dos 29 juristas.

Entre os notáveis da Cecam janiista, trabalham, gratuitamente, juristas como os professores José Cretella Junior, Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Ada Grinover.

— Em questões complexas e, ao mesmo tempo, decisivas para a vida das pessoas, como a da inviolabilidade do lar, a discussão pega fogo — exemplifica Viana de Moraes, para quem o "lar é igual a um castelo que só um mandado judicial pode arrebatar".

O jurista paulista acredita que o texto final do trabalho da Cecam será "melhor" que o da Comissão Afonso Arinos.

Eles — da Comissão Afonso Arinos — foram programáticos, casuísticos e desceram a detalhes que estão mais afetos à legislação ordinária que à Carta Magna — opina.

O trabalho da comissão do prefeito é executado tendo como base as Constituições de 1946, 1967 e do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos. "É claro que levamos vantagem, pois podemos sintetizar e criar tendo bases sólidas. Não tiramos nada do ar", acrescenta o jurista.

O método encontrado pelo Cecam para carrear a participação popular para seu projeto de constituição foi o de enviar pelos estudantes matriculados em escolas municipais cartas para os pais, solicitando contribuições para o trabalho. "Nós tivemos um retorno fantástico, pois já recebemos mais de 50 mil cartas com idéias das mais diversas", afirma Viana de Moraes.

Para melhor organizar o trabalho da Cecam, J. B. Viana de Moraes dividiu a comissão em quatro subcomissões: Organização Nacional; Declaração de Direitos; Ordem Econômica e Social; Família, Cultura e Educação.

É com a competência e capacidade de síntese que vê nesses juristas que Jânio conta para lançar à nação o que considera, com a costumeira falta de modéstia, "o melhor anteprojeto da Constituição que o país já produziu".